



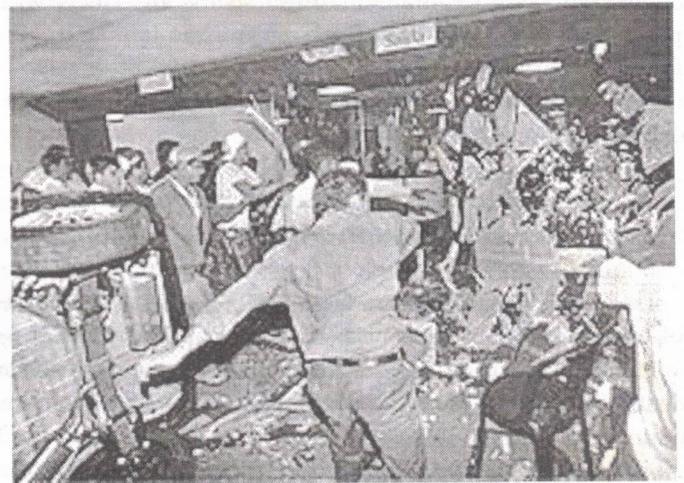
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 17 - Nº 321 - DE 20 DE JUNHO A 03 DE JULHO DE 2006 - R\$ 1,50

**A crise capitalista mostra suas garras.
Os explorados têm de preparar sua luta!**

**A rebelião dos sem-terra e a
repressão do governo burguês
do PT/Lula. Liberdade a todos
os presos políticos do MLST!**



**Congresso Nacional da CUT: a reboque
da reeleição do governo do PT/Lula**

**Para vencer o desemprego e a miséria:
salário mínimo vital e escala móvel de
horas de trabalho**

**Bolívia: teses do POR ao Congresso da COB
O imperialismo traz guerra e destruição em toda a parte**

Superar as negociatas com os patrões que só geram miséria!

Defesa do salário mínimo vital!

O salário mínimo “necessário” do Dieese para o mês de junho é de R\$ 1.503,70. O Custo Alimentação Familiar (cesta básica para uma família de quatro pessoas) ficou em R\$ 536,97. Já ressaltamos, diversas vezes, que este piso não pode atender a necessidade de um trabalhador e sua família, pois a base sua cálculo considera uma quantidade e uma variedade ínfima de alimentos. Ainda assim, este rebaixado piso do Dieese é 4,3 vezes maior que o salário mínimo de fome, de R\$ 350,00, negociado pelo governo Lula / PT e as direções sindicais pelegas da Força Sindical e da CUT.

Essas negociações, tão propagandeadas como prova do “caráter democrático” do governo petista pela burocracia cutista, condenaram cerca de 40 milhões de trabalhadores da ativa e aposentados à miséria. Esse colaboracionismo tem ainda um efeito mais perverso à medida que a definição dos pisos salariais dos outros tantos milhões de trabalhadores tem como referência o salário mínimo oficial.

A relação dos pisos salariais com o salário mínimo oficial

De 376 negociações realizadas em 2005 (registradas pelo Dieese), metade estabeleceu pisos salariais com valores correspondentes a faixa de 1 a 1,5 salário mínimo. Uma parcela menor (31%) fixou pisos equivalentes a mais de 1,5 e 2 salários mínimos. Uma minoria (14%) definiu pisos entre mais de 2 a 3 salários mínimos. Somente 5% dos pisos corresponderam a mais de 3 salários mínimos.

Em cada setor as negociações resultaram no seguinte quadro:

SETORES ECONÔMICOS	FAIXAS DE SALÁRIO MÍNIMO		
	de 1 a 1,5	de 1,51 a 2	Mais de 2
Indústria	55%	34%	11%
Comércio	46%	46%	8%
Serviços	39%	20%	41%
Rural	100%	—	—

Como visto, as negociações não alteraram a situação de penúria dos trabalhadores rurais. No comércio, observa-se menor distância entre os índices, prevalecendo, no entanto, uma faixa salarial baixíssima. Na indústria, sobressai o arrocho salarial. No setor de serviços, onde o quadro é aparentemente mais vantajoso, 60% ganham só até 2 mínimos. Isso demonstra os limites que as famosas “mesas de negociações” impuseram à sobrevivência dos trabalhadores: salários miseráveis.

O registro de pisos maiores e menores dentro dos setores econômicos revela que as negociações também não conseguiram superar contradições próprias do capitalismo. Os valores mais altos mencionados, na maior parte dos setores, giravam em torno de mil reais. É o caso da indústria metalúrgica, com piso de R\$ 950,00 e do comércio, no ramo de minérios e derivados de pe-

tróleo, com piso de R\$ 892,10. O menor piso na indústria aparece no ramo de vestuário (R\$ 260,00) e no comércio, aparece no ramo de minérios e derivados de petróleo (R\$ 300,00).

No setor de serviços, as discrepâncias são ainda maiores. No ramo de comunicações, publicidade e jornalismo, o mais alto piso era de R\$ 3.233,00 e o menor de R\$ 304,00. “Curiosamente”, o Dieese não menciona quantos trabalhadores ganham o piso máximo e o mínimo. Mas esclarece que os menores são fixados para os trabalhadores com funções não regulamentadas, em emissoras de rádio de municípios do interior de São Paulo, e os maiores para os jornalistas com nível superior. Acrescenta-se a esta contradição a que gera um salário de R\$ 1.335,72 também para profissionais com nível superior.

Os reajustes salariais negociados pelas direções burocráticas

Segundo o Dieese, em dezembro de 2005, de todas as negociações analisadas (376), 87 (23%) estabeleceram pisos abaixo do salário mínimo atual, de R\$ 350,00. Este piso deverá ser estabelecido nas negociações deste ano, onde 36% das datas-bases são do segundo semestre.

As negociações das perdas realizadas pelas direções pelegas ficam mais evidentes, quando se considera “outro” estudo do Dieese, desta vez, com 640 registradas, também de 2005. A maior parte dos pisos (76%) foram reajustados acima da inflação, isto é, do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Em 16% das negociações, se aplicaram índices equivalentes ao INPC e em 12% o reajuste ficou abaixo da inflação.

Assim, a maior parte dos salários obteve o chamado “aumento real” e uma parcela conseguiu recuperar suas perdas, sendo que outra ficou aquém das perdas da inflação. Esclarecemos que os reajustes superiores à inflação não foram altos. Houve apenas um caso de reajuste de 5% acima do INPC. Nos demais casos, prevaleceram reajustes entre 0,01% a 1% (48%) e entre 1,01% a 2% superior ao índice de inflação.

Os reajustes superiores ao INPC prevaleceram em todas as regiões em que ocorreram as negociações. Sudeste e Centro-Oeste foram as regiões que mais conquistaram aumentos reais (81% das negociações nas duas), seguidas por Sul (69%) e Nordeste (60%). Reajustes equivalentes ao INPC resultaram principalmente de negociações no Norte (30%) e Sul (21%). Reajustes inferiores ao índice de inflação também incidiram mais no Norte (26%) e Nordeste (23%). Como visto, as regiões Centro-Oeste e Sudeste apresentam os melhores reajustes negociados e a região Norte as maiores diferenças.

Considerando os setores econômicos, os registros apontam que 83,5% das negociações na indústria ficaram acima do INPC; 10% igual ao índice e 6,5% abaixo dele. No comércio, 70% ficaram acima; 23% igual e 7% abaixo. Nos serviços, 58% ficaram acima, 22% igual e 20% abaixo. Ou seja, os aumentos reais de salários deram-se mais na indústria.

Finalmente, o Dieese informa que, o Índice de Custo de Vida por ele calculado atingiu níveis superiores ao INPC, calculado pelo IBGE. Segundo o ICV-Dieese, 63% dos reajustes analisados ficaram abaixo do necessário para cobrir as perdas da inflação acumulada, apenas 2% equipararam-se ao índice e 36% ficaram acima. Esse cálculo demonstra que a situação acima apresentada é ainda mais grave, onde a maioria esmagadora não conseguiu repor nem mesmo as perdas salariais, isto é, não tiveram nem mesmo aumento nominal, que dirá real.

Levantar a bandeira do Salário Mínimo Vital

Os dados não nos fornecem um quadro preciso da situação atual dos trabalhadores a partir destas negociações. Não sabemos, por exemplo, quanto os trabalhadores das empresas / ramos / setores das negociações registradas ganham hoje. Não sabemos nem mesmo quanto ganhavam e passaram a ganhar com os reajustes salariais. Também não sabemos se continuam a ganhar a quantidade de salários mínimos acima mencionada.

Os dados fornecidos pelo Dieese têm a função de demonstrar a "eficácia" das negociações das direções burocráticas que controlam o organismo, por isso são apresentados de maneira incompleta. Por outro lado, fornecem um quadro de perdas salariais obtidas justamente a partir de negociações entre patrões e direções sindicais colaboracionistas.

Isso demonstra que os trabalhadores precisam tomar em suas mãos os cálculos sobre o salário de que necessitam para sobreviver. Esse é um importante aspecto do salário mínimo vital: ele deve ser calculado e aprovado por assembleias de base. As assembleias deverão eleger um comando de negociação que terá a tarefa de: fazer estudos, independentes dos interesses dos patrões, do valor do piso necessário para garantir a sobrevivência do trabalhador e de sua família; submeter a proposta a aprovação de uma nova assembleia e acompanhar as negociações não dando nenhuma trégua as direções sindicais pelegas que apostam na conciliação de classes. Esse é o método para se estabelecer e defender o salário mínimo vital.

Os sanguessugas

141 nomes de parlamentares estão envolvidos com a quadrilha que negociava ambulâncias a valores superfaturados para prefeituras em todo país. Milhões foram parar nos bolsos dos larâpios.

O Ministério Público abriu inquérito contra apenas 15 deputados e agora promete investigar mais 30.

A lista da Polícia Federal é imensa. Assim que foi publicada, causou um movimento dos partidos para que fosse recolhida. Envolvia nomes "insuspeitos" e que se destacaram nas acusações de corrupção contra o PT.

A primeira tentativa de se constituir a CPI dos sanguessugas foi abortada. Agora, decidiu-se por convocá-la, mas terá apenas dois meses para obter resultados. Mais uma farsa das CPIs.

O Estado é dirigido por quadrilhas de parlamentares, burocratas e empresários. A corrupção sistemática expressa o parasitismo da política burguesa. Os parlamentares, juizes, militares de alta patente e burocratas de alto escalão ganham uma fábula, enquanto milhões vegetam com um salário mínimo de fome. Ainda assim,

Os dados apresentados deixam claro que não houve empenho das direções sindicais em todo o país, nos mais diversos setores econômicos, para estabelecer um salário mínimo que garanta a vida das massas. Essas direções não têm a preocupação com a vida das massas, não compreendem que o salário é a garantia da vida e quanto maior ele for, menor a exploração da força de trabalho. Essas direções, já totalmente burocratizadas, vivem encasteladas nos aparelhos sindicais, não sobrevivem do salário, mas das benesses que seus cargos geram. Daí a necessidade das massas trabalhadoras exploradas reagirem ao imobilismo e tornarem-se parte ativa na luta contra os patrões, o que implica superar essas direções.

Temos nos adiantado no sentido de preparar uma proposta de piso nos estudos que os trabalhadores da base deverão fazer sobre o salário mínimo vital. Em nossos cálculos, procuramos superar os equívocos do Dieese, provocado principalmente pelo uso da Tabela de Provisões Mínimas do governo Vargas. Defendemos o valor de R\$ 2.500,00, conforme tabela abaixo.

Cálculo do salário mínimo vital no valor de R\$ 2.500,00

Alimentação	R\$ 812,75
Habitação	R\$ 588,00
Transporte	R\$ 340,50
Saúde	R\$ 204,50
Educação	R\$ 224,75
Vestuário	R\$ 196,75
Artigos de residência	R\$ 70,25
Despesas pessoais	R\$ 62,50
TOTAL	R\$ 2.500,00

- FIM DAS NEGOCIAÇÕES QUE SÓ GERAM PERDAS AOS TRABALHADORES!
- VARRER AS DIREÇÕES BUROCRÁTICAS COLABORACIONISTAS!
- EM DEFESA DO SALÁRIO MÍNIMO VITAL!

formam quadrilhas ou se aproveitam delas para encherem os bolsos com o dinheiro público.

A "Cova de Ladrões" – o Congresso Nacional - é segura e muito lucrativa.

Não há outra saída para o capitalismo decomposto senão a sua destruição pela revolução proletária e sua substituição pelo comunismo -uma sociedade sem exploradores e explorados, em que se extinga o Estado de classe, toda opressão e todo privilégio.

Aqueles que querem reformar o capitalismo não fazem senão encontrar um lugar nas quadrilhas burguesas.

Sintomas de uma crise mais profunda

As Bolsas nos Estados Unidos perderam US\$1,2 trilhão, de US\$14,9 trilhões para US\$13,7 trilhões, portanto uma queda de 8,05%. Essa enorme desvalorização se deu da noite para o dia, em apenas um mês. Mas o pior ocorreu na América Latina. A Bolsa de Valores de São Paulo perdeu US\$187 bilhões. Uma desvalorização de mais de 30%. Em seguida, vem a Bolsa mexicana, com perda de US\$85 bilhões, de US\$341,2 bilhões para US\$256,5 bilhões. O Chile, com US\$22 bilhões e a Argentina, com US\$15 bilhões. No total, as Bolsas latino-americanas sofreram uma queda de US\$335 bilhões. *“O Brasil contribui com 55% desse montante e está disparado na liderança, com queda de US\$187 bilhões no preço das empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo, que recuou de US\$634,9 para US\$448 bilhões”* (Jornal O Estado SP).

No Brasil, as perdas acionárias se concentraram em 18 bancos (US\$129 bilhões para US\$88 bilhões), nas empresas de petróleo e gás, em que 7 delas tiveram uma queda no preço de mercado de US\$33 bilhões, e no setor de mineração uma perda de US\$18 bilhões. Apenas 27 empresas dos três setores listados perderam US\$93 bilhões. Essa monumental redução nas Bol-

sas de Valores indica o alto grau de especulação praticado pelo capital financeiro parasitário. Sob o governo do PT/Lula o Brasil continuou como paraíso das aves de rapina.

Nos últimos quatro anos, a Bolsa de São Paulo pulou de cerca de 10 mil pontos para mais de 42 mil pontos, resultante da invasão de capitais internacionais, que aproveitam as altas taxas de juros e a valorização especulativa das ações referentes a um grupo de empresas, como as dos setores citados. A crise de maio/junho indica a possibilidade de um remanejamento muito mais volumoso no próximo período.

A queda nas Bolsas se explica pela situação econômica dos Estados Unidos. A inflação está em alta e o crescimento artificial vem mostrando seus limites. Os juros, que até pouco tempo estiveram por volta de 1%, voltaram a subir. Fatores como déficit em conta corrente (diferença entre importação e exportação), déficit orçamentário crescente, alto endividamento da população, especulação imobiliária, gigantescos gastos militares e consumismo desenfreado compõem um quadro de desequilíbrio, que ameaça se transformar em uma crise de grandes proporções e que ganhará âm-

bito internacional. Considerando o fato dos Estados Unidos serem a locomotiva do capitalismo mundial, a Europa permanecer estagnada e o Japão não poder assumir a dianteira, arma-se uma perspectiva sombria.

Os Estados Unidos têm sustentado o consumismo e o esbanjamento graças ao saque que promovem na maior parte do globo. Os conflitos comerciais com a China se dão na situação de fechamento do mercado mundial. As guerras arquitetadas contra o Iraque e Afeganistão correspondem a crise mundial do capitalismo.

A desvalorização de US\$ 1,5 trilhão – somadas as quedas nos Estados Unidos e América Latina – é um sintoma do excesso de capital financeiro inaplicável na produção e a impossibilidade do capitalismo mundial dar um salto nas forças produtivas já altamente desenvolvidas e encarceradas pela propriedade monopolista dos meios de produção e pelas fronteiras nacionais.

A burguesia não tem outra saída senão descarregar a crise do capital sobre a maioria explorada. O proletariado terá de reagir e se organizar internacionalmente contra os desastres econômicos e protagonizar a luta histórica pela sociedade comunista.

Revolta dos sem-terra

“O Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) se dirige ao Senhor com muito respeito pela sua história de luta do povo brasileiro e pela sua representação de Presidente desta Casa que se convencionou chamar ‘Casa do Povo’”. Assim começa a petição do MLST dirigida a Aldo Rebelo, do PCdoB. E segue: “O MLST vem reivindicar esse espaço para exercer a Cidadania Popular e, durante o período de duas horas, poder dirigir sua mensagem ao povo brasileiro, bem como debater com deputados e senadores que compõem o Congresso Nacional”.

Como se vê, o MLST chegou ao Congresso com um tratamento de reverência e com uma linguagem diplomática imaginando que o Presidente da Câmara Federal Aldo Rebelo fosse recebê-lo como alguém que reconhece “sua história de luta do povo brasileiro”. Mas os seguranças do Congresso foram instruídos para não deixar os sem-terra entrarem na “Casa do Povo”.

Logo a “Cidadania Popular” se mostrou uma quimera dos reformistas. Revoltados, os camponeses que vieram de

várias partes do País enfrentaram os seguranças, invadiram o recinto e passaram a quebrar o que viam pela frente. Os “representantes do povo” fugiram e se esconderam de medo. Aldo Rebelo convocou a tropa de choque e mandou prender mais de quinhentos manifestantes.

A voz corrente dos deputados é que se tratava de uma quadrilha, de vândalos que deveriam todos ficar na cadeia. Os meios de comunicação da burguesia se esmeraram em convencer a população de que não eram camponeses pobres e pais de família que quebraram tudo, mas sim criminosos.

Depois da prisão em massa, houve uma triagem e permaneceu no cárcere a direção do movimento, entre eles Bruno Maranhão. Uma fita de vídeo gravada na preparação da manifestação e capturada dos manifestantes serviu de instrumento de acusação.

O Presidente da República, Lula, emitiu uma nota em defesa da democracia e contra os arruaceiros. Deputados do PT condenaram a violência. Ocorre que Bruno Maranhão é da direção do PT.

Encaminha-se sua expulsão.

Assim como a direção do MST, o MLST ilude os camponeses com as promessas de reforma agrária do “governo democrático e popular do PT”, ou do “governo de esquerda”. O que se passou na Câmara Federal é um reflexo do impasse do reformismo, das ilusões democráticas no parlamento e do desespero. O Senhor Aldo Rebelo - estalinista histórico - cumpriu direitinho seu papel de representante da burguesia e dos ladrões que habitam o Congresso Nacional. Os bandidos e facínoras são justamente os tais “representantes do povo” e o parlamento é a “Cova de Ladrões”.

A luta dos camponeses tem de superar as ilusões no Estado, no governo e no parlamento. A experiência do dia 6 de junho é uma boa lição. É preciso emancipar o movimento camponês do PT e demais direções reformistas.

A luta pela libertação dos presos está colocada. Deve ser feita com a denúncia do PCdoB e do PT, responsáveis pela repressão policial.

Denúncias

Começou a Reforma Sindical/trabalhista É preciso organizar a resistência

O governo Lula, por meio de medidas provisórias, iniciou a reforma sindical. O documento do Fórum Nacional do Trabalho, que deu origem a Reforma Sindical, já estava a mais de um ano no Congresso Nacional. A intenção do governo era aprová-lo na íntegra, mas não foi possível em função da paralisia do Congresso devido as denúncias de corrupção feitas pela oposição burguesa (PSDB/PFL). Embora houvesse acordo entre os grandes partidos, a reforma sindical foi temporariamente postergada.

Mas, Lula não encerraria seu mandato sem antes cumprir com dois compromissos assumidos com a burocracia das Centrais. Assim, editou duas medidas provisórias: uma que legaliza as Centrais e outra que cria o Conselho Nacional das Relações de Trabalho (CNRT). Portanto, legitimou as Centrais para realizarem acordos com os capitalistas/governos e oficializa um Conselho tripartite como organismo de pacto-social. Era o que a burocracia sindical exigia.

A conseqüência disso é uma só: os burocratas sindicais negociarão os direitos adquiridos – 13º, licença maternidade etc. O negociado ficará acima do legislado. O que quer dizer que todas as conquistas poderão ser negociadas. Não há direito adquirido.

As direções burocráticas festejaram as MPs 293 e 294, embora tenham questionado a não partilha do imposto sindical. Paulinho da Força Sindical foi categórico: “quero os 20% da contribuição sindical obrigatória”. A CUT, mais melindrosa, quer uma emenda na medida provisória para dar sustentação financeira às Centrais. No fundo, pretendem a mesma coisa: dinheiro.

Os trabalhadores têm dupla tarefa:

- 1.lutar contra a Reforma Sindical/trabalhista
- 2.combater suas direções traidoras

A corrida dos burocratas para legalizar sindicatos

No Brasil, os sindicatos necessitam do aval do Ministério do Trabalho para serem reconhecidos. O funcionamento do sindicato depende da legislação do Estado. A maioria deles é criada unicamente para receber a contribuição obrigatória que vem por meio do imposto sindical.

O imposto sindical é de 1 bilhão de reais; desse montante, 60% ficam com os sindicatos. Onde há dinheiro, chove pretendente. Direções sindicais correm como loucos atrás da legalização. Por isso, bastou perder uma eleição sindical para os burocratas inventarem outro sindicato. Já são 18 mil sindicatos, incluindo os patronais. A Constituição de 1988 diz que o Estado não pode interferir na organização sindical e, com isso, estabeleceu-se a corrida para fundar e desmembrar sindicatos, mas esbarraram na unicidade sindical, no registro e no decreto nº 5.063 que determina a impugnação aos pedidos.

Os burocratas da Força Sindical acusam o governo Lula de favorecer a legalização de sindicatos cutistas. A burocracia da CUT acusa os forcistas de querer mais sindicatos só para receber o imposto. A saída do governo é a aprovação da Reforma Sindical, já que existe um documento de comum acordo entre as Centrais, empresários e governo.

Nessa disputa de interesses, os trabalhadores permanecem à margem. Vale o poder da burocracia sindical para obter registros. Se, no passado recente, a Força Sindical tinha mais privilégios com os órgãos estatais; agora, no governo Lula, a CUT provavelmente desfruta desse privilégio, haja vista a presença de Marinho (ex-presidente da CUT) no cargo de Ministro do Trabalho e de Oswaldo Bargas (ex-direção da CUT) na assessoria do ministro. O fato é que a burocracia necessita do Estado para sustentar a política de colaboração de classe.

A estatização dos sindicatos e Centrais não é um fenômeno novo na história do Brasil. O registro, a unicidade sindical, impugnação de pedidos de legalização, o funcionamento dos sindicatos etc dependem da legislação firmada pelo Estado. Como o Estado é de classe, no sistema capitalista, a legislação é de proteção da propriedade privada dos meios de produção. O que significa dizer que a legislação sindical está em consonância com os interesses de classe do Estado. A Reforma Sindical não corta esse elo. Apesar de eliminar o imposto sindical pela substituição de taxas negociais, não independiza os sindicatos/centrais da estrutura e das leis estatais. Ao contrário, assenta no entulho da lei anti-greve, na arbitragem do Ministério do Trabalho e no intervencionismo estatal sobre o funcionamento dos sindicatos, a exemplo dos critérios para o registro sindical. As direções burocráticas fizeram dos sindicatos e das centrais agências de negócios, onde se movimentam rios de dinheiro. Estão sempre apoiando esse ou aquele governo ou partido burguês. Tornaram inimigos da luta de classe e amigos do capital.

Os trabalhadores devem se colocar:

- 1.pela independência dos sindicatos/centrais do Estado e de seus governos;
- 2.pela autonomia sindical
- 3.pela democracia operária nos organismos dos trabalhadores
- 4.pelo fim da reforma sindical
- 5.pelo rechaço à burocracia vendida
- 6.pela construção da fração revolucionária para pôr abaixo as direções traidoras.

Congresso Nacional da CUT a reboque da reeleição do PT/Lula

O 9º Congresso Nacional da CUT, realizado em São Paulo no período de 5 a 9 de junho, contou com 2.556 delegados, sendo a grande maioria constituída de direções sindicais. Os pontos centrais foram a aprovação da campanha pela reeleição de Lula e a eleição da direção da Central. A burocratização da CUT, que não é um fato recente, se manifestou mais uma vez na centralização política por meio do caderno de teses, que estava restrito às correntes que compunham a direção e por meio das resoluções que foram aprovadas nos congressos estaduais, de acordo com o regimento que implicava o apoio de 20% dos delegados. Portanto, a centralização burocrática impediu o confronto de posições com as correntes minoritárias. Os delegados estavam alinhados de acordo com as posições defendidas nos Estados, o que permitia à corrente majoritária Articulação/PT ter previamente o desfecho do Congresso. Até aqui nada de novo. Esse mecanismo já vem de longa data. O acontecimento novo foi o abandono do PSTU, que até o congresso passado aceitou os mecanismos burocráticos dos congressos e fez parte da direção nacional da CUT.

A delegação internacional, com mais de 20 países, veio para referendar a linha política adotada pela CUT e elogiar o governo Lula. O representante da pró-imperialista Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOsls) discursou sobre a "integração latino-americana" e demagogicamente falou que a OIT pode "exigir melhores relações trabalhistas". Tudo em harmonia com o sistema capitalista vigente.

O principal objetivo do congresso deveria ser a aprovação do Plano de Lutas para arrancar dos governos as reivindicações dos trabalhadores, mas não foi para isso que serviu o Concut. Os operários camponeses e demais oprimidos terão pela frente a dura tarefa de derrotar a política da burocracia dirigente e enfrentar por meio da ação direta os governos e o patronato, que agem centralizadamente contra a vida da maioria explorada.

Foco principal do Concut: reeleger Lula

Na abertura do Congresso, membros do governo Lula – Celso Amorim (Ministro das Relações Exteriores); Aldo Rebelo (PCdoB, presidente da Câmara de Deputados); Aloísio Mercadante (senador e candidato do PT); Eduardo Suplicy (senador-PT) e outros deram um só tom ao

discurso de apoio a Lula.

A Articulação (corrente majoritária do PT) e seus filhos menores Articulação de Esquerda, Corrente Sindical Democrática se juntaram ao coro do PCdoB e de O Trabalho para aprovar o apoio eleitoral da CUT e dos mais de 3 mil sindicatos à reeleição de Lula.

Os falsos argumentos de apoio a Lula eram de que: "Conviveremos nesse próximo período com dois cenários, claramente demarcados: de um lado, a possibilidade de continuidade de um projeto democrático-popular, mesmo com todas as suas insuficiências e agravado por uma dificuldade em manter maioria no parlamento, encarnado na figura de Lula; de outro, a volta da direita, encarnada pelo conservadorismo do PSDB, PFL e seus aliados. Alterar esse quadro só dependerá de nossa capacidade de mobilização e investimento na luta pelas liberdades democráticas". Procuravam esconder a corrupção e a aplicação das reformas neoliberais adotadas pelo governo do PT com o palavreado de que há dois projetos opostos em disputa.

A corrente O Trabalho, que integra o PT, pretendia que a CUT apresentasse, primeiro, uma carta de exigência ao governo e, em seguida, o apoiasse. A aceitação ou não do conteúdo da carta pelo governo não era motivo para negar o apoio. A Carta era mais uma explicação para eles mesmos do porquê estar com o PT/Lula. A essência da Carta: "A CUT, em nome dos trabalhadores brasileiros que representa, se dirige a você (Lula) perguntando: para aplicar qual política você é candidato à reeleição? Para fazer a Reforma Agrária...ou continuar satisfazendo o capital financeiro...? Para atender a reivindicação dos trabalhadores... ou para privatizar os bancos, Petrobrás...? Para salvar a nação, não seria a solução mais favorável um governo do PT, um governo Lula, sem aliança com os partidos da classe capitalista?"

A carta de *O Trabalho* expõe o ridículo a que chegou os lambertistas que infelizmente ainda reivindicam a IV Internacional. A CUT apoiará a reeleição de Lula para dar seqüência aos acordos do PT com os credores imperialistas. A Carta aos Brasileiros, apresentado por Lula antes da eleição de 2002, que apregoa o compromisso de honrar os contratos e pagamento da dívida externa, segue vigente. A suposta divergência do O Trabalho com as alas da Articulação/PT se desfez assim que aprovou a resolução de apoio incondicional à reeleição de Lula.

Os agrupamentos vinculados à Frente de Esquerda Sindical (FES), entre eles o PSOL, posicionaram-se contrários à resolução de apoio da CUT à reeleição de Lula. Apresentou uma outra que dizia: "O papel de uma Central que se reivindique classista é defender os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora e a partir deles exigir, seja qual for o governo eleito, o cumprimento dos direitos e ao atendimento de suas reivindicações". "Só deste modo..., a CUT poderá resgatar sua autonomia e independência frente ao Estado e a qualquer governo...". Procurou, dessa forma, colocar-se pela neutralidade, mesmo sabendo que boa parte desses agrupamentos estarão fazendo campanha para PSOL ou até para o PT/Lula, por meio do chamado "voto crítico".

Essa polêmica envolvendo a FES e os petistas só não foi mais acirrada devido a presença reduzida de delegados da Frente de Esquerda. Assim, o 9º congresso repetiu o que ocorreu no 8º, um grande bloco de sindicatos que estará colocando todos os seus recursos para convencer a maioria explorada a votar novamente em Lula.

O Partido Operário Revolucionário (POR), que pôde intervir nos congressos estaduais com uma resolução de independência da CUT frente aos governos burgueses, entre eles o de Lula, não defendeu no congresso nacional em função do regimento burocrático, mas distribuiu um manifesto que ressaltava a estratégia do governo operário e camponês, denunciava a CUT de assumir a política do PT de dirigir o Estado capitalista e caracterizava o governo Lula como burguês de proteção ao grande capital, pró-latifundiário e anti-trabalhador. Concluía com um chamado assim: "É com a estratégia do governo operário e camponês, da ditadura do proletariado contra os exploradores, que o movimento operário caminhará com suas próprias pernas e lutará em defesa da sociedade sem classes – o comunismo".

Presidente da CUT é indicado pelo Planalto

A direção da CUT nada mais é do que a extensão da política do governo petista no movimento sindical. No 8º Concut, Lula se posicionou que Luiz Marinho fosse o presidente da Central. Agora, Marinho, que é Ministro do Trabalho, indicou que o presidente fosse Artur Henrique dos Santos, apoiado pelo sindicato metalúrgico do ABC. A disputa para a cabeça de chapa da Articulação colocou duas alas da burocracia

cia petista em choque: a de Artur e a de João Felício. A disputa entre os burocratas resultou numa plenária da corrente Articulação que, por meio de votação secreta, decidiu por 789 votos contra 652 o nome de Artur. A divisão da ArtSind resultou numa partilha antecipada dos cargos da Central, que serviu para acomodar as duas alas no aparelho da CUT.

Depois da Articulação resolver suas lutas aparelhistas, houve na plenária a apresentação de três chapas.

A chapa 1 foi formada pela Frente de Esquerda Sindical (boa parte do PSOL), um setor de O Trabalho auto-intitulado de majoritário e correntes minoritárias. Encabeçada por Lujan Miranda teve como defesa a independência da CUT e a luta pelas reivindicações. Obteve 152 votos (6,4%) e ficou fora da composição da direção.

A chapa 2 foi constituída pelo PCdoB, O Trabalho, Articulação de Esquerda e Tendência Marxista. Teve como presidente Wagner Gomes, do PCdoB. Não havia nenhuma razão política que justificasse a existência da chapa. Todas estão pela reeleição de Lula e fazem parte da burocracia que dirige há anos a CUT. A chapa expressava unicamente a partilha dos cargos a partir dos resultados nas urnas. Com 24,2% dos votos, a chapa ocupará pouco mais de 20% de cargos. O Trabalho, que esteve com a Articulação no Congresso estadual de São Paulo, no nacional correu atrás do PCdoB na tentativa de alcançar mais algum cargo.

A chapa 3 contou majoritariamente com a Articulação/PT e com a Corrente Sindical Democrática (CSD), que não tem nenhuma divergência com o setor majoritário. Conseguiu 69,4% dos votos, sendo a força maior da CUT.

O discurso de João Felício expressa o conteúdo dessa direção. Diz assim: "No governo Lula passamos a ter espaço de negociação, conquistamos o reconhecimento das centrais, o maior aumento do salário mínimo da última década e isso sem perder nossas raízes de luta".

Eis aí a que ponto chegou a estatização da CUT. Com o PT no poder do Estado, a CUT alcançou o máximo de burocratização. Impôs a paralisia ao movimento dos trabalhadores diante dos ataques do governo e dos capitalistas. Manteve os congressos da Central sob a centralização burocrática, que impede a expressão das correntes minoritárias. Ampliou a conciliação de classe por meio da participação direta nos fóruns governamentais e nos órgãos do Estado. Cumpriu a tarefa de servir de correia de transmissão da política do PT para o movimento social, que resultou no apoio às reformas neoliberais e ao salário mínimo de fome. A substituição de João Felício por Artur só reforça o percurso de

integração dos organismos sindicais ao Estado capitalista.

Plano de Lutas não foi votado

Depois de aprovar a campanha da CUT, que é a de reeleger Lula, e escolher a nova direção, o Plano de Lutas ficou para ser decidido pelos burocratas eleitos. Foi apresentado uma lista de reivindicações, que denominaram de consensuais, como a da "valorização do salário mínimo, taxa-ção das grandes fortunas, ruptura com a política do FMI e emprego com desenvolvimento sustentável". E uma outra, com as polêmicas, entre elas a revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal, estatização da Varig, nova Central Mundial.

Sobre o Plano de Lutas, o POR divulgou no Manifesto seis pontos: 1) defesa do salário mínimo de R\$2.500,00 como única maneira de defender a vida da família trabalhadora; 2) defesa do emprego pleno por meio da escala móvel das horas de trabalho; 3) defesa da incorporação dos jovens na produção e na escola; 4) defesa do fim da discriminação racial e sexual; 5) defesa das terras aos camponeses obres com a bandeira de expropriação sem indenização de todo o latifúndio; 6) defesa da economia contra o saque imperialista, não pagamento das dívidas interna e externa e expropriação dos especuladores sem indenização.

Ao contrário, os burocratas propuseram que a direção eleita (eles mesmos) decidirá os rumos do movimento. Certamente, negociar as demissões, flexibilizar os direitos trabalhistas, apoiar as reformas antinacionais e antipopulares, defender ajuda do governo aos capitalistas e apoiar o assistencialismo ludibriador do governo do PT.

Por essa via, os trabalhadores e a juventude oprimida só terão derrotas. Mas será na luta pelas reivindicações que as massas farão a experiência com suas direções traidoras. Enquanto os trabalhadores estiverem iludidos por essas direções não terão como defender o salário e o emprego. Daí a importância da construção das frações revolucionárias inseridas no movimento social.

Três problemas: proporcionalidade, finanças e Contag

O setor majoritário não pretendia abrir o ponto de discussão sobre o estatuto da Central. Mas havia duas colocações dos setores minoritários que compunham a direção. O problema da proporcionalidade para a composição da direção, que prevê 20% no caso de duas chapas e de 10% acima de três. Por esse mecanismo, a ala da

FES ficaria fora da direção. Houve concordância de que esse ponto fosse debatido e votado, sem alterar os estatutos. Caso venesse no plenário a proporcionalidade direta, só valeria para essa gestão.

Duas colocações foram feitas: 1) manutenção da proporcionalidade conforme consta nos estatutos; 2) proporcionalidade direta. A Articulação, defensora da proposta 1, argumentou que não era necessário essa polêmica já que havia um chamado às correntes no sentido de constituição de uma única chapa. E como não houve acordo, não restava outra alternativa senão defender os estatutos. A proposta 2 contou com o voto de todas as correntes, incluindo o PCdoB. Mas não foi suficiente para derrotar a Articulação.

A outra polêmica ficou a cargo das finanças da CUT. Havia um setor que questionava a contribuição de 10% e propunha a redução de 50%. Os argumentos estavam em torno do crescimento do número de sindicatos que deixaram de pagar a CUT e que não se desfilaram da Central. Sobre essa questão, a Articulação defendeu que esse problema fosse deliberado na próxima plenária da CUT. Portanto, ficou a cargo da burocracia decidir, embora tenha dito sobre a inviabilidade de reduzir as contribuições.

Em relação ao movimento no campo, esboçou-se um atrito no interior da Articulação em torno do controle dos sindicatos rurais. O presidente da Contag se posicionou contra a criação de sindicatos "paralelos" e que todos os sindicatos rurais devem estar centralizados pela Contag. A outra posição era a de que é preciso "ampliar e consolidar o processo de filiações das FETAGs e STTRs, possibilitando o aumento da participação do setor rural na CUT". O discurso acalorado da Contag obrigou setores da Articulação a propor um texto de acordo para que não fosse votado, o que cindiria a delegação da Articulação. Também ficou para a nova direção discutir o problema do sindicalismo no campo. Tudo leva a crer que se trata de uma disputa entre duas alas da burocracia para o controle dos sindicatos que nascem envolvendo os camponeses da agricultura familiar.

Romper com a política da burocracia cutista Construir a fração revolucionária

O Congresso Nacional da CUT, como os anteriores, não serviu para armar a maioria explorada para enfrentar os capitalistas e seus governos. A CUT está cada vez mais estatizada e seus congressos são reflexos dessa orientação pró-governamental. O que há de novo foi o fato do PSTU abandonar a luta contra a burocratização e lide-

rar o movimento pela desfiliação da CUT por meio da Conlutas. Certamente, essa conduta enfraqueceu ainda mais os setores minoritários que contrapõem a integração da CUT ao Estado.

A Frente de Esquerda Sindical não constituiu uma oposição revolucionária à burocracia petista, embora tenha comparecido como o pólo mais radical no interior do Congresso. Pelo fato de reunir membros do PSOL (um partido que nasce levantando as teses de origem do reformismo petista), descontentes do PT e da CUT, não tem um programa da revolução proletária. Essa debilidade impede que se erga como a fração radical para derrotar

a política do PT nos sindicatos/Central. Sua proposta de construção de uma Inter-sindical, que tem como objetivo agrupar os sindicatos descontentes com a burocracia da Central, padece do mesmo mal.

As lições dessa experiência permitem concluir que:

1. Que o combate à burocracia se dá em torno da independência de classe dos trabalhadores e da democracia operária;

2. Que a derrota da burocracia da CUT significa derrotar a política do reformismo petista no movimento sindical;

3. Que os trabalhadores permanecem alheios à disputa política no interior dos organismos sindicais;

4. Que é necessário impulsionar a luta pelas reivindicações das massas exploradas como forma de enfrentar os capitalistas, seus governos e a burocracia sindical traidora;

5. Que o PSTU cometeu um grave erro afastando a vanguarda combativa da luta contra a burocratização dos sindicatos/Central;

6. Que é necessário levantar a bandeira da unidade sindical para combater os divisionistas dos organismos dos trabalhadores;

7. E que diante da profunda estatização da CUT, é preciso atuar dentro e fora dela em torno do programa da revolução e ditadura proletárias.

Fortaleza-CE:

Boletim da Corrente Proletária na Educação

Manifesto aos trabalhadores em educação Nas eleições para o Sindiute vote Chapa 3

As eleições para o Sindiute se avizinham. Na atual conjuntura marcada pelo ataques dos governos Lula/PT, Lúcio/PSDB e Luizianne/PT às condições de vida dos trabalhadores e controle burocrático dos sindicatos a tarefa que assume grande importância é a de lutar por uma direção revolucionária para estes. A crise do capitalismo empurra os explorados à luta como ocorreu na recente greve dos professores do município que durou mais de **40 dias** e teve pouco ganho econômico apesar da enorme disposição de luta da categoria. Tudo isso por que as direções do movimento se recusavam a radicalizar as lutas contra a prefeitura do PT/Mensalão.

Porque não votar na chapa 1 (O trabalho/Independentes)

Com as eleições para sindicato abriu-se um grande oportunidade para mudar a atual direção do Sindiute (Corrente O trabalho/PT) que chamou os trabalhadores a votar em **Luizianne Lins** em 2004 e além disso tem se oposto a qualquer idéia de redicalização das lutas motivos pelos quais tem levado a categoria a não avançar nas conquistas sindicais. Eis as razões para não votar na chapa 1 que representa o continuísmo na direção de nosso sindicato. Além disso esta tem como única proposta para superar a unidade sindical a ineficaz política da desfiliação da Apeoc e filiação no **Sindiute** que há 15 anos não faz efeito algum. Faz atualmente unidade com a direção da Apeoc na greve dos professores do Estado, contra sua vontade e por pressão das bases que querem a unidade na luta de ambos os sindicatos!

Porque não votar na chapa 2 (LBI/Independentes)

É preciso uma nova direção para o Sindiute que não passa também pelo apoio à chapa 2 organizada pela LBI. Esta além da velha política do denunciamento vazio acompanhada de mobilização zero nas escolas é a mais radical na defesa da cisão do movimento sindical. Pretende desfiliar o Sindiute da CUT para a Conlutas e assim deixar nas mãos da burocracia cutista milhões de trabalhadores organizados aos quais vira as costas para se aventurar na criação de uma central com quase nenhuma base.

Apoio crítico à chapa 3: porque a corrente proletária não compôs a chapa 3?

Nesse quadro a opção que tem os trabalhadores em educação do estado do ceará é o apoio à chapa 3 **A corrente proletária na educação/POR** iniciou um processo de discussão com os companheiros independentes e o PSTU para a formação de uma chapa unificada. Todavia estes companheiros entenderam que esta deveria ser a chapa da Conlutas e que deveria defender abertamente a construção da Conlutas e o abandono da CUT com a qual temos divergências. Em virtude de os companheiros não quererem abrir mão dessa posição e não aceitar um meio termo que garantisse a unidade da oposição fomos forçados a deixar a chapa.

O grave erro de propor a cisão do movimento sindical

*Apesar disso lançamos um chamado a todos os trabalhadores(as) em educação a votarem na chapa 3 por entender que representa um avanço frente a atual direção do Sindiute embora consideremos um equívoco grave dos companheiros a construção da **Conlutas** como nova central, contribuindo para o isolamento da vanguarda numa central minoritária e deixando a burocracia do PT dominar por inteiro a CUT e os milhões de operários a ela ligados. Trata-se de uma posição de capitulação diante da burocracia. Reconhecemos que é avançada embora limitada a proposta de campanha pela efetivação da unidade sindical entre **Apeoc** e **Sindiute** que não é defendida por nenhuma outra chapa entretanto a proposta correta não é senão: congresso estadual de base para unificar Sindiute e Apeoc e criar um único sindicato estadual. Até lá devemos defender: assembléias unificadas e calendário de luta unificado.*

Chamamos a categoria a exigir as propostas de:

* *Abaixo as reformas neoliberais de Lula, Lúcio e Luizianne!*

* *Escola única pública gratuita politécnica e enraizada na produção social! Estatização do ensino privado sob controle dos trabalhadores!*

* *Fim dos sábados letivos e de planejamento! Que o professor permaneça 4 horas em sala e 4 horas fora dela em atividades de pesquisa etc.*

* *Ação direta e radicalização nas lutas! Organizar cursos de formação política! Independência do sindicato aos partidos burgueses.*

Fortaleza-CE

Boletim da Oposição na Apeoc - Corrente Proletária na Educação/POR

6% é miséria! Manter a greve até a conquista das reivindicações!

Avançar na radicalização para derrotar o governo Lúcio!

A greve da rede estadual já dura 24 dias. Parte das escolas estão totalmente paradas e uma parte maior ainda estão parcialmente paradas. O governo Lúcio que mantém a repressão sobre os professores continua sem querer negociar. A mais recente ameaça era a de que os professores poderiam ter de recuperar as aulas em julho, nas férias. Em resposta a categoria na sua última assembleia definiu o calendário da greve para até o dia 12 de junho. Lúcio anunciou ontem dia 07/06 unilateralmente um reajuste **linear de 6%** para o funcionalismo estadual que passa longe das nossas necessidades e por isso a greve tem de continuar.

O caminho para a vitória do movimento passa pela unificação das lutas entre o Estado e o município e outras categorias do Estado que estão em greve como a URCA, UECE, servidores da saúde etc. As direções da Apeoc/Sindiute cedendo às pressões das bases, concordaram com um comando unificado que já começou a funcionar. Falta entretanto garantir que a condução do movimento fique na sua maioria nas mãos da base através de uma comissão eleita no coman-

do e não com a diretoria dos sindicatos como tem ocorrido até aqui.

A greve tem apontado para o caminho correto que é a radicalização, mas precisa vencer a desorganização imposta pela direção da Apeoc como ficou evidente na última ocupação da Avenida 13 de Maio com Av. da Universidade e na passeata pelas ruas no entorno do Liceu do Ceará.

É preciso também levantar como reivindicações da categoria a estatização do ensino privado sob controle dos trabalhadores, que nenhum jovem fique sem escola e sem emprego, que tenha 4 horas na escola e 4 horas de trabalho! Luta contra o FUNDEB e a reforma educacional de Lula/PT, que assim como Lúcio (PSDB) e Luzianne Lins/PT atacam os trabalhadores e mantêm o arrocho salarial.

*Construir a oposição revolucionária na Apeoc!

*Abaixo o governo Lúcio! Nenhum apoio a Lula traidor!

*Abaixo as reformas neoliberais de Luizianne, Lúcio e Lula!

*Abaixo o capitalismo! Defesa do Socialismo!

Boletim da Corrente Proletária Estudantil

Estudantes na greve devem defender suas reivindicações!

Os Professores estão em greve na rede estadual desde o dia 16/05. Em sua plataforma de reivindicações levantaram o problema da **falta de livros** nas escolas, a merenda de péssima qualidade que existe apenas para o ensino fundamental, a **falta de quadras** em muitas escolas etc. essas reivindicações foram levantadas pelos professores com o sentido claro de convocar os pais e os alunos a se engajarem no movimento grevista e aproveitarem a ocasião para travarem sua luta em defesa da escola pública.

Os estudantes apóiam a greve dos professores por vivenciarem a situação da escola pública e devem aproveitar a oportunidade para participarem no movimento defendendo suas próprias reivindicações. Sabem que para fazer prova tem que *comprar material de xérox sendo que a escola é pública*, sabem que não existe laboratório de informática, física, química, biologia. Sabem que **não existem livros didáticos** para o ensino médio para todas as matérias estudantes. A comunidade escolar sente na pele as péssimas condições de ensino por isso a greve não deve ser apenas dos professores, mas também de estudantes, funcionários, pais que vivenciam a crise da educação e o descaso dos governos que cortam verbas e privilegiam o pagamento da dívida interna e externa,

ao invés do financiamento da escola pública.

Precisamos combater os ataques que estão sendo feitos aos trabalhadores da educação pelos diversos governos especialmente **Lúcio Alcântara (PSDB)**. Só podemos conquistar as nossas reivindicações, quando estivermos organizados e combativos na luta. Infelizmente sabemos que existem poucos **grêmios** e muitos deles não são sequer combativos. Por isso é preciso construir uma Corrente revolucionária no movimento estudantil, a *Corrente proletária dos estudantes* que aproxime a juventude das idéias de Marx e do Socialismo!

O Movimento Estudantil enfrenta uma grande dificuldade de se reorganizar seja através de grêmios ou entidades. O FUME (Fórum Unificado do Movimento Estudantil) não teve forças para se rearticular devido a falta de mobilização e organização dos estudantes. Entretanto os estudantes que participam dessa greve já estão vendo a necessidade da retomada da luta, assim nós da Corrente Proletária propomos: construir grêmios de luta nas escolas, reconstruir o FUME, defender o emprego à juventude!, Uma ampla campanha pelo passe livre! E construir uma corrente revolucionária na juventude!

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Avaliação institucional na Universidade Federal de Rondônia – UNIR: para que e para quem, em defesa de que e em defesa de quem?

Dos dias 31 de maio a 1º de junho de 2006, ocorreu o “Seminário de Avaliação Institucional da UNIR em Porto Velho, capital do Estado, com o lema: A UNIR A PARTIR DE NÓS.

A abertura do seminário se deu no dia 30 de maio às 19 horas e aglutinou em torno de cento e cinquenta pessoas entre docentes e discentes. Nessa abertura, a universidade se utilizou de um dos espaços de luxo mais caros da capital – Espaço Peixe Beer do Aquários Selva Hotel, que requer gastos com aluguel.

Os trabalhos tiveram continuidade no dia 31 nas salas de aulas do campus de Porto Velho. Em cada sala formaram-se 5 grupos para responderem questões prontas indicadas pela comissão de avaliadores em um caderno que cada pessoa inscrita recebeu no seminário. Cada grupo respondia suas questões e depois expunha as respostas para o restante dos grupos, sendo realizada uma síntese daquela sala que posteriormente foi apresentada na plenária do dia seguinte.

Vale ressaltar que o seminário foi custeado pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC. Isso significa que os burocratas da academia que organizaram este seminário, incrementaram na íntegra as determinações do MEC.

Um seminário para fazer jus ao lema proposto tinha de ter total independência em relação ao governo e não receber nenhuma grãncia do MEC, salvo o financiamento determinado de acordo com as necessidades de manutenção do ensino público determinado por estudantes, professores e funcionários a serem gerenciados por aqueles que estudam e trabalham, que são os verdadeiros defensores da universidade pública.

O que é na verdade o PDI, para o qual representações de alunos, professores e representantes externos de comunidade, de entidades governamentais e não governamentais – ONGs – são chamados a “compartilhar”?

O PDI é o “Plano de Desenvolvimento Institucional”, que corresponde aos mesmos planos impostos também pelo Banco Mundial para as escolas públicas de ensino fundamental e médio, que, nestes níveis de ensino, recebem o nome de PDE – “Plano de Desenvolvimento da Escola”, que sugam recursos e serviços de alunos, pais e voluntariados em geral e incentivam as PPPs – Parcerias Público Privadas, desresponsabilizando o Estado quanto a sua obrigação de destinar verbas para sustentar as despesas necessárias para o ensino público em todos os níveis. Com esse estímulo, criam os projetos de gratuidade de serviços com os projetos: “Amigos da Escola”, “Família na Escola”, mutirões e parcerias em que a própria conquista da independência pedagógica e de pesquisa no ensino superior fica comprometida, pois a empresa que financiar pesquisa exigirá os resultados destas em função dos seus interesses de lucro e não da ciência.

Quando chamamos atenção para a ocorrência do evento de avaliação que demanda custos em mais de R\$ 50.000,00 e salientamos o luxo, não significa que estamos menosprezando a importância da organização, mas estamos tratando de privilégios momentâneos para uma pequena parcela daqueles que lidam com o ensino superior e para discutir exatamente o famigerado planejamento estratégico, nos moldes empresariais da qualidade total/toyotista, de minimizar gastos maximizando lucros, que significa super-explorar os trabalhadores da educação e para isso precisam convidar todos a compartilhar do sacrifício em função de economia de gastos para o governo poder cobrir juros da dívida interna e

externa fortalecendo o parasitismo financeiro daqueles que concentram riquezas.

No dia 31 de maio, os trabalhos foram desenvolvidos no Campus Universitário e dentre as temáticas discutidas em salas de trabalho, que eram coordenadas por docentes que valorizam esse modelo de gestão/participação de fachada, versava sobre o desenvolvimento da universidade, os processos de comunicação e gestão.

Na manhã do dia 1º de junho ocorreu a plenária encerrando com um debate que tinha como tema – “**Balanco Crítico: direção para melhoria**”.

De acordo com esse balanço e mais de 150 propostas advindas de outras atividades da comissão que culminaram no levantamento de mil cento e trinta e sete questões, que foram votadas e aprovadas. No contexto desse balanço crítico, que critica aqueles que precisam do ensino superior público podem realizar? Que questionamentos advêm desse teatro bem montando para acalantar gado e botar boi para dormir?

O que queremos afinal organizar no presente para nossos filhos e as futuras gerações? A Barbárie ou o Socialismo?

A Corrente Proletária da Educação rechaça este modelo de seminário e chama a atenção da comunidade universitária que se reivindica de defensora da verdadeira autonomia da universidade a rechaçar também esses fóruns burocráticos, que convidam as maiorias exploradas, vítimas da opressão que dentre outras, impõem a privatização do ensino superior, a conformar-se com a paulatina privatização do ensino e são convidados a compartilhar sim desse processo de privatização.

Na aparência, tentam convencer estudantes e professores que estes estão participando do compartilhamento do “engrandecimento da universidade”. Para isso omitem das discussões temáticas como: Reforma Universitária; Reforma Trabalhista; Reforma Sindical e da Previdência, enfim qualquer tema que chame atenção para o empenho do PT/Lula no cumprimento dos ditames do imperialismo/Bush e Banco Mundial de entrega das riquezas do país.

Nos marcos da sociedade dividida em classes, a escola continuará sendo reprodutora dos interesses dominantes que são os interesses da classe dominante e inoperante em termos de construção do conhecimento científico. Para conquistarmos a escola científica para todos é preciso unir os interesses de estudantes, professores e funcionários aos interesses da classe operária revolucionária, que, em aliança com os camponeses, poderão pôr de pé o programa da classe operária, pela destruição do capitalismo e construção do socialismo.

A existência da escola laica, científica em todos os níveis é impossível no capitalismo, que separa a escola do trabalho, separa o pensar e o fazer na produção social. A conquista da escola científica pressupõe a conquista da sociedade sem classes, a sociedade nova que trará a nova escola laica, científica, única e vinculada à produção social num momento em que todos os meios de produção estarão à disposição da escola, pois estarão a serviço do bem coletivo. As empresas capitalistas jamais estarão a serviço da escola, para o conhecimento científico. O que farão é receber um número reduzido de alunos como estagiários explorados a serviço do próprio lucro da empresa e estes alunos não terão acesso à totalidade de conhecimento que a empresa manipula.

Professores-SP

Unidade do funcionalismo para derrotar a política de destruição dos serviços públicos

Há mais de uma década, os governos (municipal, estadual e federal) vêm cortando recursos dos serviços públicos. O resultado é a impossibilidade de atendimento da população empobrecida que deles depende e as péssimas condições de trabalho e salário do funcionalismo.

A luta por mais recursos aos serviços públicos significa o combate à privatização. Nesse sentido, a reivindicação de mais verbas para a educação se choca com as políticas privatistas. Mas não pode ser limitada à pressão parlamentar,

aos deputados que vivem de gordos salários e de toda sorte de privilégios. Sem dizer que estão a serviço da implantação de medidas neoliberais, que têm como consequência o sucateamento dos serviços essenciais, entre eles a educação pública. As tais “pressões” à Assembléia Legislativa não mexem com ninguém, não chamam a atenção ao problema e ainda livram as mãos do “executivo” para seguir com a política de desresponsabilizar o Estado para com a saúde, educação e outros setores do funciona-

lismo. A luta dos professores contra o PLC 26, no ano passado, reforçou uma antiga lição do movimento dos trabalhadores e dos estudantes: somente tomando as ruas os governos cedem.

A unidade do funcionalismo juntamente com os estudantes é fundamental. Mas têm de ganhar as ruas, paralisar as atividades e se apoiar nas reivindicações e nos métodos que são próprios dos explorados, para projetar para o conjunto da população assalariada a luta contra o governo e suas medidas.

Professores Municipais - SP

Depois que passou a data base, a burocracia sindical fala em campanha unificada

A greve dos professores municipais acordou alguns setores do funcionalismo para a luta contra o governo. As direções das outras entidades do funcionalismo foram pressionadas por suas bases, mesmo assim não assumiram a greve conjunta naquele momento. Limitaram-se a dizer que apoiavam o movimento e compareceram enquanto direção às manifestações, mas não chamaram as assembleias para construir a luta unitária. O Sinesp afirmava que não era o momento para a greve, mas, diante da repressão do governo, corretamente propôs aos diretores que não punissem os grevistas. A Aprofem, depois de ser duramente criticada no RE de abril, sua direção começou a marcar presença nas manifestações.

Essa atitude anti-greve contribuiu para o isolamento do movimento. Se os outros setores tivessem se incorporado, a greve não teria sido suspensa pelo caudilho do Sinpeem e o resultado dela não teria sido apenas o pagamento dos dias parados. A força do movimento poderia ter arrancado, além das reivindicações de cada setor, um reajuste salarial.

O fato é que, depois que a greve acabou, os burocratas sindicais resolveram mostrar que estão unificados. Na realidade, o tempo todo cumpriram o que o governo mandou. Mantiveram-se cordeiros, esperando que houvesse alguma negociação. Como todo oportunista, esperavam receber qualquer vantagem que fosse concedida ao movimento. Como não houve vantagens e compareceram a duas negociações fracassadas com o governo, agora resolveram se expor. Veja a que ponto chega a burocracia sindical. Depois que a luta foi destruída e que passou a data base do funcionalismo é que viram a necessidade de “lutar e se unificar”.

Essa unidade é para enfrentar o governo? Evidente que não. Está limitada a uma convocação conjunta para este ato e uma panfletagem junto à população. Farão apenas algumas denúncias para esconder o imobilismo e a colaboração com o governo, que ajudaram a eleger.

Na época de Marta eram opositores de fachada e falavam até em paralisação. Agora, diante do PSDB, se curvam, e, do PFL em plantão, propõem um protesto para amenizar o descontentamento dos trabalhadores.

A direção do Sinpeem, além de colaboracionista, é tão corpora-

tivista que, depois que enterrou a greve, boicou a participação da educação nesses dois dias de negociação. Agora aceita essa farsa de ato conjunto na véspera das férias, por puro interesse eleitoral.

Tanto é verdade que, no RE do dia 14, defendeu o “ato unificado” em cima do piso de 3 mínimos, etc e rejeitou a proposta da Oposição de transformá-lo em assembleia para retomar o movimento. Ou seja, defendeu a campanha de mentirinha dos burocratas, usando o argumento deles, de que não irá além do que foi estabelecido.

O mais grave é que novamente a manifestação dos municipais ocorrerá um dia antes da dos estaduais, que tende também ser esvaziada, no dia 21. O que demonstra que o divisionismo é imposto por cima da classe pelos burocratas sindicais.

O POR defendeu, nesse RE, a retomada do movimento com independência de classe. Denunciou a repressão nas escolas, com relação às faltas consideradas injustificadas, principalmente dos licenciados em curta duração e dos grevistas, como parte da política do governo de manter seu projeto de super-exploração do trabalho, de corte dos gastos e de perseguição à vanguarda. Mostrou que a direção do sindicato auxilia o governo a enrolar a classe para aceitar o projeto, “melhorando” alguns aspectos a partir do segundo semestre. Denunciou a manobra do governo de querer impor a Escola Integral no ano que vem, utilizando-se do fechamento de um turno como condição para atender a reivindicação de volta da sala de leitura e de informática no horário normal.

A diretoria majoritária centralizadora mostrou que não combaterá o projeto “São Paulo é uma escola”, pois defende “melhorias” nele. Com relação a repressão às escolas, procurou colocar o problema como questão individual e jurídica. Quanto ao fechamento de salas de EJA, colocou-se favorável à luta, porém tratou o problema como se fosse localizado. Usou o mesmo raciocínio do governo, de que há “falta de demanda”, quando na realidade impõe a municipalização, salas lotadas e cortam-se gastos.

Resumindo, para os trabalhadores só restam duas tarefas:

- 1) derrotar a burocracia sindical;
- 2) ganhar as ruas com o movimento unificado para enfrentar o governo.

Nesta edição:

- COB: governo pretende capturá-la burocraticamente
- O anti-chilenismo de Mesa e de Evo se transformou num teatro
- Por onde passa, o imperialismo provoca conflitos e destruição
- Chile: centenas de milhares de estudantes repudiam a política neoliberal no campo da educação

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia:

COB: governo pretende capturá-la burocraticamente

O congresso da COB foi marcado para o dia 20 de junho. Mas está sendo organizado às margens das bases como decisão exclusiva das cúpulas dirigentes fortemente controladas pelo MAS. Longe de ser um congresso que aprofunde a independência política dos trabalhadores com relação ao governo burguês de Evo Morales e que impulse a caminhada que as massas realizam a partir da ilusão que têm no atual governo e suas medidas até uma oposição franca. Esse congresso marchará para a estatização das organizações sindicais, para que os sindicatos abandonem de vez seu conteúdo de classe e se somem ao programa burguês do governo.

A COB nasceu no bojo da revolução de abril de 1952 como um verdadeiro órgão de poder das massas insurretas dirigidas politicamente pelo proletariado. O primeiro governo do MNR, aproveitando um período de descendo das massas, a burocratizou, com a cumplicidade de Lechín e conseguiu convertê-la em seu instrumento dócil, mas por pouco tempo, até que o movimento operário inici-

ou um novo ascenso e se diferenciou politicamente do governo pequeno burguês. As ditaduras, uma vez ou outra, tentaram transformá-la em um instrumento seu, mas, pelo fato do movimento operário não ter sido derrotado nem física, nem politicamente e por não ter deposto suas bandeiras de luta, fracassaram nesse intento. Agora a COB (por obra da burocracia sindical de origem estalinista e nacionalista) se divorciou totalmente das bases; abandonou o programa revolucionário da classe operária e capitulou frente ao democratismo burguês. Sua captura por parte do oficialismo será uma manobra de cúpula à margem das bases. Quando estas se lançarem contra o desgoverno massista, recuperarão a tradição de uma COB programaticamente revolucionária, livre da burocracia que agora quase a sepultou. Para acelerar este processo, o partido revolucionário do proletariado deve cumprir o papel de referência política da luta das massas.

O governo massista já deu sinais de que pretenderá mudar o conteúdo de

classe da COB para colocar em sua direção os camponeses e outros setores não proletários, derrubando física e politicamente o proletariado; assim serão colocadas na ordem do dia as teorias pequeno-burguesas e reformistas que afirmam que os assalariados, devido a seu pouco número e porque surgiram novos atores sociais, não podem permanecer como direção da COB e se imporá um programa francamente colaboracionista e burguês.

Qual a resposta que a corrente revolucionária deve dar? Denunciar energeticamente as pretensões do governo de estatizar as organizações sindicais, agrupar em torno de si as bases e setores próximos que estão lutando para resolver seus problemas vitais e acelerar o processo de diferenciação política das massas com o governo do MAS.

Esse congresso não pode servir para legitimar as manobras do governo.

Se houver condições, rapidamente deve ser formado um bloco proletário para impedir o assalto oficialista à COB.

Tese ao Congresso da COB

SOBRE A SITUAÇÃO POLÍTICA ATUAL

Denunciamos energeticamente as pretensões do governo de destruir a COB para anulá-la definitivamente ainda que já seja um cadáver, pois deixou de ser uma referência para as massas ao abandonar a estratégia proletária e ter se esgotado no democratismo burguês.

Chamamos o movimento proletário

e setores mais radicalizados a formar um bloco revolucionário em torno da bandeira de conservar o conteúdo classista da COB e recuperar sua rica tradição de luta revolucionária em torno da perspectiva da materialização da revolução social sob a direção política do proletariado.

I. - SITUAÇÃO INTERNACIONAL

I. - A crise do capitalismo é estrutural.

As conseqüências do choque que se produz entre as forças produtivas (super-desenvolvidas) e as relações de pro-

dução (propriedade privada burguesa) se traduzem no plano superestrutural da sociedade em: desemprego, fome, guerras, prostituição e todos os flagelos que a sociedade em sua decadência pode gerar. Estamos vivendo o momento da desagração catastrófica do atual sistema social. Trata-se de um fenômeno universal onde os países mais débeis e de economia atrasada sofrem suas conseqüências de maneira mais dramática.

Sua solução radical não pode ser outra que liberar o crescimento das forças produtivas que não pode continuar contido, destruindo seu atual obstáculo, que é a grande propriedade privada burguesa dos meios de produção.

2. - O imperialismo busca sobreviver e colocar a crise nas costas de suas colônias.

O imperialismo, com o propósito de ampliar os mercados e converter os países de economia atrasada em suas colônias, impôs a política de livre mercado. As fronteiras nacionais estão sendo apagadas sistematicamente, através das multinacionais, se apropria de todos os recursos naturais do planeta.

Os movimentos populares que se formaram no continente não conseguiram se coroar com vitórias, com a revolução social (que significa não só a expulsão de governos corruptos mas do imperialismo desses países), na destruição da grande propriedade privada dos meios de produção e a implantação da propriedade social, porque está ausente uma direção revolucionária Internacional.

II. - SITUAÇÃO NACIONAL

1.- O problema capital que define a situação política.

O desenvolvimento da luta de classes no país evoluiu a um grau que se expressa como rebelião da propriedade social contra a grande propriedade privada dos meios de produção. Esta rebelião põe a nu que a propriedade privada converteu-se em obstáculo para resolver os problemas do conjunto da sociedade e que a única alternativa para sair deste estado de coisas é a implantação da propriedade social.

A grande propriedade privada é encarnada pelas multinacionais e, em me-

nor medida, pela miserável classe dominante boliviana que, para sobreviver, tem de servir gentilmente o imperialismo.

O governo do MAS, que se diz anti-imperialista, se limita a exigir das multinacionais uns centavos a mais de royalty e impostos, com a última mal chamada nacionalização dos combustíveis apenas converte o Estado burguês em sócio das multinacionais que permanecem impávidas no país, e jura respeitar os interesses delas, garantindo a "segurança jurídica" para seus investimentos.

Continua entregando para as multinacionais grandes reservas mineralógicas com um regime de impostos e royalty miseráveis. A última licitação para o Mutún, uma das reservas de ferro mais importantes do planeta, será negociada – segundo declaração dos próprios ministros do governo – pela irrisória quantia de 50 milhões de dólares anuais. Permite-se que as multinacionais continuem saqueando outras riquíssimas jazidas de minerais como as riquíssimas minas de prata de San Cristóbal, no sudoeste do país, ou as de ouro, exploradas por Inti Raymi etc.

A chamada segunda reforma agrária se reduz à tentativa de recuperar terras ociosas para entregá-las aos camponeses sem-terra, sem afetar em nada os interesses dos grandes latifundiários, além do que promete doar 50% a mais de terras públicas para fins de expansão produtiva do latifúndio no futuro. Para demonstrar que não permitirá ocupações em propriedades privadas, já cobrou a vida de um ocupante sem-terra em Oruro.

Todas as medidas realizadas pelo atual governo com relação à grande propriedade privada são a confirmação de que desenvolve uma política burguesa. Assim se confirma que marcha para a materialização de seu postulado: o "capitalismo andino amazônico", postulando que está condenado ao fracasso na medida em que já não é possível que a Bolívia possa vir a ter um generoso desenvolvimento capitalista na etapa imperialista do capitalismo. É preciso mostrar categoricamente que todos os problemas que afligem a sociedade (a fome, a falta de fontes de trabalho, a educação, a saúde, a entrega das terras aos camponeses, a autodeterminação das nacionalidades, o livre cultivo, comerci-

alização e industrialização da coca etc.) só poderão ser resolvidos no marco da destruição da grande propriedade privada e sua transformação em propriedade coletiva. É nisto que consiste a revolução social.

2. - O esgotamento da classe dominante, de suas expressões políticas e do Estado burguês.

A Bolívia é um cenário que mostra o total esgotamento das expressões políticas da classe dominante que, devido ao influxo da luta tenaz dos explorados, sucumbem estrepitosamente como respostas ao problema capital do atraso do país.

É a crise estrutural do capitalismo que se expressa de forma tão brutal nas expressões superestruturais do sistema.

3. - A Assembléia Constituinte não é a resposta para a crise do Estado burguês.

Engana-se aos explorados quando se diz que, na assembléia constituinte, a Bolívia será transformada radicalmente como um novo país e um novo Estado; que, sem sair das bases da propriedade privada, se possibilitará uma sociedade capitalista florescente capaz de tirar o país de seu atraso secular.

Mostram sua verdadeira cara quando assinalam que só buscam um Estado capitalista mais justo e democrático, cujo objetivo é entender-se com o imperialismo arrancando uma posição melhor nas negociações das relaciones econômicas: melhores preços para as matérias-primas, mais impostos e royalty para os combustíveis etc.

4. - As tendências centrífugas obedecem ao atraso do país.

Na Bolívia, desde sua fundação, existem tendências centrífugas (autonomistas, descentralizadoras, federalistas, anexionistas etc.) e a causa deste fenômeno é que este país não conseguiu se estruturar como um verdadeiro Estado nacional unitário. As regiões se mantêm dispersas com diferentes graus de desenvolvimento material, diferentes interesses e sem nenhuma conexão entre elas; impera o atraso cuja expressão mais característica é o localismo.

Ao panorama descrito, se soma outra

realidade que faz que este país seja mais complexo ainda, sua natureza multinacional. É um mosaico de nacionalidades que coexistem em um ambiente de opressão das mais fortes sobre as mais débeis. Estas nacionalidades, por sua vez e com todo direito, exigem também a autodeterminação.

O movimento autonomista em geral e também o cruceño (de Santa Cruz de

la Sierra) não é reacionário nem revolucionário em si mesmo. Tudo depende de que classe social o dirige e qual a perspectiva apontada. Neste momento, está sendo dirigido pela classe dominante reacionária e fascistoide. Aparece como um movimento popular cujo objetivo é consolidar os interesses das multinacionais e das seitas que têm em suas mãos o poder econômico da região. Na realida-

de, a miserável classe dominante cruceña busca reter em suas mãos as esmolas que as multinacionais lhes dão em forma de impostos e de royalty pela exploração dos recursos naturais e a propriedade de grandes extensões de terra ao custo do despojo das nacionalidades existentes na região.

(Extraído do Jornal "Masas" boliviano nº. 1997 de 16/06/2006)

O anti-chilenismo de Mesa e de Evo se transformou num teatro

Conspiraram contra o povo e contra sua própria política marítima

O presidente Ernesto Kirchner da Argentina admitiu, com incômodo, que o gás que seu país comprava da Bolívia, a preço solidário, desde a gestão de Carlos Mesa e com a aprovação do MAS, terminava sendo revendido ao Chile. Portanto, tratava-se de um conto que nos repetiam, de que a economia argentina estava desesperada por falta de gás e de que a "solidariedade" dos bolivianos para não entrar em um colapso era necessária. O que os meios de comunicação não destacaram é que com isso se revela a hipocrisia do MAS e que sua política anti-chilena e de reivindicação marítima é uma fraude.

O MAS, da mesma forma que o MNR de todas as épocas, se apossou das consignas que levam as masas às ruas e que podem pôr em perigo o regime e a propriedade privada, mas lhes tira a verdadeira essência e as enche ou as envolvem com suas idéias conservadoras, contra-revolucionárias, reformistas e infames.

Existem muitos exemplos disso. A consigna dos Altenhos de "Guerra Civil e tomada dos quartéis", respondendo ao massacre imposto por Goni e seus homens nas jornadas da Guerra do Gás (os massistas estavam em uma rigorosa "clandestinidade", mas eram facilmente encontrados pela imprensa para aparecer ante as câmaras). Foi tirado o conteúdo de resolver o problema do armamento das masas e consumir a revolução, para preenchê-lo com o de "constituente, diálogo e saída constitucional para o conflito". Para a consigna de "Fora o Imperialismo e as Multinaciona-

is!" e a de "Não à Entrega do Gás!", os massistas falavam "Gás para o Chile. Não! Para o Peru sim." E que as multinacionais paguem mais impostos, ou seja, que as palavras de ordem se esvaziem e que terminem sem sentido de luta.

O anti-chilenismo incentivado por todos os governos burgueses, incluindo o do MAS, foi sempre um meio distracionista para desviar a luta das masas dos problemas internos. Neste caso, o poderoso sentimento antiimperialista das massas é canalizado para que os explorados entrem em choque com Chile, um Estado satélite do imperialismo, mas não com o seu amo. Tudo isso se remata quando nos dizem que temos de deixar de ser rancorosos com as multinacionais e com as metrópoles e perdoar.

A guerra do gás ocorreu porque os oprimidos decidiram não entregar nossos recursos para as multinacionais, sem se importar se era para o Chile ou para o Peru. A atitude do MAS dessa época corrobora com os fatos de seu governo hoje, que nacionaliza para que as multinacionais não sejam derrubadas e se tornem "sociais", apesar de nos dizerem que elas continuam "conspirando".

Advertimos sobre o mentiroso referendun do gás, com a pergunta de vender o gás ao Chile somente com a condição de que este restitua a passagem para o mar. Segundo o governo, foi respondida de forma amplamente positiva, mas foi quebrada no dia seguinte: ao resultado: Mesa foi correndo vender o gás à Argentina (e a um preço "solidário"),

com a aprovação de Evo Morales, quando sabiam que esse gás era para o Chile tal como a mídia sustenta e o presidente argentino confirma. A hipocrisia destes políticos assusta e podemos ver que, com referendun, ou sem referendun, da mesma forma nos esfolam o couro. Tudo não passou de uma magistral apresentação teatral entre Kirchner, Mesa, Evo, e o ex-presidente chileno Lagos, que levaram adiante um acordo representando um continho de fadas para nos fazer crer que usando o gás podíamos pressionar o Chile e termos de volta uma saída ao mar.

Como tudo não passou de uma montagem, é fácil demonstrar agora que o show sobre a nacionalização, os atritos e abraços entre Lula e Evo, Zapatero e Evo, a Petrobras e Evo, os gringos e Evo, Kirchner e Evo, Chavez e Lula não passam de um roteiro repetido para abrandar de forma mediática a farsa da nacionalização do governo Morales. Em todo caso, para eles e para o imperialismo, isto é preferível a enfrentar uma revolução na Bolívia, em que as multinacionais sejam expropriadas e expulsas efetivamente. Isto sim que seria o fim!

Se as multinacionais e seus governos são capazes de montar até guerras mundiais para enganar os povos e massacrá-los por seus lucros, armar uma telenovela latino-americana sobre uma falsa nacionalização, para eles, isso é coisa de crianças.

(extraído do jornal "Masas" Boliviano Nº. 1995, de 02/06/2006)

Por onde passa, o imperialismo provoca conflitos e destruição

Assassinatos e violência são o cartão postal da democracia burguesa no Iraque

A onda de violência provocada pelo imperialismo no Iraque cresce a passos largos. As mortes e assassinatos cometidos pelos soldados norte-americanos e seus cúmplices se tornaram parte do cotidiano do povo iraquiano desde 2003. Os assassinatos constantes, tanto de mulheres como de crianças, demonstra o grau de perversidade que se instalou no país para saciar as ambições da burguesia imperialista.

Um exemplo desta violência está na prisão de Guantánamo (Cuba), onde houve uma tentativa de rebelião dos prisioneiros contra os maus-tratos e torturas praticadas pelos soldados norte-americanos. Mortes, tentativas de suicídio e greve de fome marcam a violência do cárcere montado pelos EUA.

Para ampliar o quadro de violência, um novo escândalo, envolvendo soldados norte-americanos e civis iraquianos, consta de um relatório, fruto de inquérito militar conduzido pelas Forças Armadas dos Estados Unidos, que constatou o assassinato de 24 pessoas, dentre elas mulheres e crianças, na cidade de Haditha, em novembro de 2005. O governo norte-americano alegou que as mortes teriam sido provocadas por uma bomba deixada pelos “insurgentes”, mas o inquérito mostrou que todos foram assassinatos a sangue frio.

Os casos de tortura a prisioneiros demonstram a violência do imperialismo para conter a resistência do povo iraquiano. O saque e os saqueadores devem ser preservados a qualquer custo, independente do método empregado. Para que isso se efetive com maior rapidez possível, dentro dos parâmetros “legais”, o governo imperialista dos Estados Unidos fomenta a formação de uma coalizão de governo títere entre xiitas, sunitas e curdos. Esta é a saída estratégica encontrada pelo presidente Bush para satisfazer a sede de lucro da burguesia e as exigências da opinião pública norte-americana, que clama pela saída dos seus soldados, frente à perda de 2.450 soldados mortos.

Neste momento, a grande preocupação de Bush é a queda vertiginosa de sua popularidade, acarretada pelos inúmeros escândalos denunciados, pelo elevado número de soldados mortos e, principalmente, pela ineficácia de política em consolidar um governo pró-imperialista no Iraque. Segundo a pesquisa feita pela rede de televisão ABC e pelo jornal The Washington Post, 65% dos norte-americanos são contra a presença dos Estados Unidos no Iraque. No entanto, com o crescimento da resistência apontada no último período, o governo decidiu enviar mais 3500 soldados para garantir a submissão dos iraquianos aos ditames do capital imperialista e assegurar que seus lacaios possam consolidar o governo fantoche de coalizão.

Após a morte do líder da Al Qaeda, Abu Musab, a intensificação dos confrontos puderam ser sentidos na explosão de uma mesquita xiita em Al Burasa, que já havia sido alvo de ataques em abril, com um saldo de 10 mortos. Mais 5 mortos em confronto na localidade de Fallujah, 3 mortos por um carro-bomba no sudoeste de Bagdá, 10 xiitas mortos em Baquba, cenário da

morte do líder Abu Musab, mais 4 mortos e 14 feridos em Tikrit. Essa onda de ataques da resistência obrigou o presidente Bush a fazer uma visita surpresa ao Iraque, como forma de demonstrar apoio ao governo fantoche.

Isso demonstra que não será tão tranqüilo, como planejava, conter os lutadores iraquianos. No entanto, o método de luta dos iraquianos se concentra em ações isoladas, desligadas das massas oprimidas. Para conter o avanço e a consolidação do imperialismo no Iraque, assim como sua expulsão definitiva, é preciso a construção urgente de um partido revolucionário, que coloque em xeque tanto o imperialismo saqueador, como a burguesia iraquiana subserviente e o restabelecimento da auto-determinação do Iraque.

Imperialismo força recuo do governo iraniano através da coação

O governo imperialista norte-americano, na tentativa de pressionar o governo iraniano a abandonar o projeto de enriquecimento de urânio, costura um acordo entre seus aliados europeus e japoneses para estrangular a economia iraniana, através do congelamento de seus fundos em seus sistemas financeiros e do bloqueio de transferências de dinheiro para os cofres do país. Como não conseguiu consenso no Conselho de Segurança da ONU para o bloqueio econômico, procura fazê-lo paralelamente a este organismo burguês. Os países que compõem o conselho (Estados Unidos, Rússia, China, Reino Unido, França e Alemanha) possuem interesses divergentes quanto ao boicote financeiro, pois alguns deles (Rússia, China) dependem do fornecimento de gás e petróleo do Irã.

Isso demonstra que os Estados Unidos pretendem agir independentemente do aval da ONU, seu braço diplomático e interventor. Demonstra, ainda, que o papel da ONU é secundário diante dos interesses econômicos das potências. Serve apenas aos interesses da burguesia imperialista e, quando não o faz com eficiência, é descartada.

Imperialismo mantém boicote econômico à Palestina

A visita do novo premiê de Israel, Ehud Olmert, aos Estados Unidos revela a continuidade da política norte-americana e do Estado de Israel em estrangular economicamente o povo palestino. A rejeição ao governo do partido Hamas, eleito “democraticamente”, deixa claro que a democracia burguesa ocidental é uma fraude. Não é suficiente que uma nação tenha um governo eleito pela via da democracia burguesa, mas é preciso que esse governo seja pró-imperialista. Por isso, o governo norte-americano apóia a política expansionista do Estado de Israel e exige o apoio ao presidente Abbas, da ANP, como forma de enfraquecer o governo do Hamas.

Os conflitos existentes entre Israel e Palestinos, que são originários do pós-guerra, intensificaram-se após a vitória do Hamas nas eleições para o Parlamento Palestino. O premiê, como forma de “salvar o sionismo”, propôs um projeto de retirada

das tropas e remoção de dezenas de milhares de colonos israelenses da maior parte da Cisjordânia é um referendo nacional sobre o tema da aceitação da existência do Estado de Israel pelos palestinos. Para o Hamas, o possível reconhecimento e um cessar-fogo de longo prazo, somente seriam discutidos a partir da retirada dos colonos israelenses de Gaza, da Cisjordânia e de Jerusalém. Além disso, o Hamas vive um conflito armado com o partido Fatah, do presidente da ANP, que exige a retirada de 3 mil soldados do Hamas das fronteiras de Gaza. O resultado de duas semanas de conflito foi a morte de 10 pessoas.

Após a visita de Olmert à Casa Branca o cessar-fogo, que já se prolongava por 16 meses chegou ao fim. Um ataque aéreo em uma praia da faixa de Gaza que levou à morte pelo menos 7 pessoas deixa claro que os interesses norte-americanos são mais importantes que qualquer acordo de paz. O governo do Hamas, anunciou na última quinta-feira a intenção de promover a paz, a revelia de outros setores do Hamas, que rejeitam qualquer tentativa de acordo de paz com Israel.

Ao mesmo tempo a União Européia aprovou um novo mecanismo de ajuda financeira à Palestina, na ordem de U\$S 126 milhões, para os setores da saúde, fornecimento de energia elétrica e para as famílias necessitadas e para o pagamento de salários dos servidores municipais) desde que esse dinheiro não passe pelas mãos do Hamas. Essa situação levou centenas de funcionários públicos palestinos, que estão há três meses sem receber salários, a invadirem o Parlamento Palestino em protesto ao não recebimento de salários.

Enquanto o imperialismo continuar manipulando tanto o Estado de Israel com o partido Fatah, o povo palestino estará constantemente em guerra. Cabe aos palestinos assumirem a direção desta luta contra o imperialismo norte-americano e seus aliados. No entanto, isso somente será possível com a construção de um partido revolucionário, o armamento das massas oprimidas e a derrubada do capitalismo na Palestina.

Timor Leste expressa a luta de classes contra o governo fantoche pró-imperialista

O conflito no Timor Leste expressa o intervencionismo dos

países imperialistas nas semicolônias, na tentativa de sanar as contradições de classe através da consolidação de governo fantoches pró-imperialistas. Quando o Timor Leste, após 24 anos de ocupação da Indonésia, tornou-se independente em 1999, a ONU administrou o país por mais 3 anos. Em 2002, conduziu à formação de um governo pró-imperialista, com a eleição do Primeiro- Ministro Mari Alkatiri e o presidente Xanana Gusmão, rival político de Alkatiri, sob sua vigilância.

No mês abril, um grupo de 600 soldados da Força de Defesa do Timor Leste (FDTL), que correspondem a 40% das forças armadas do país, entraram em greve em protesto por melhores condições nas forças armadas, acusando seus superiores de discriminação étnica nos critérios de promoção. Seguiu-se, então, uma violenta onda de ataques dos grupos étnicos oprimidos às casas e ao comércio local (capital Dili), fruto da insatisfação popular com o governo. Para reprimir as massas descontentes, Xanana Gusmão assumiu a direção do Exército e da Defesa, auxiliado por 2500 soldados das Forças de Paz da ONU (australianos, portugueses e neozelandeses). A exigência dos soldados e da população é a renúncia do primeiro-ministro.

Após algumas semanas de conflito, os soldados começaram a depor suas armas às forças internacionais. Como forma de evitar novos levantes, o governo solicitou o retorno dos capacetes azuis da ONU, que saíram do Timor em 1999, para "pacificar" e garantir o bom andamento das eleições do próximo ano. A Austrália tem interesses petrolíferos na região do Timor Leste. Não por acaso seus soldados assumiram a intervenção da ONU desde a tal da independência.

O que fica evidente neste conflito é que o Timor Leste nunca foi independente. Está sob a vigilância constante do imperialismo. As medidas adotadas pelos países interventores para conter a luta de classe e aplacar as diferenças étnicas existentes no Timor Leste, através da formação de um exército repressor não surtiram efeito, mas apenas protelaram o início dos conflitos.

A luta da população contra o governo fantoche deve se transformar na luta pela autodeterminação do Timor Leste e expulsão das tropas da ONU.

Chile: centenas de milhares de estudantes repudiam a política neoliberal no campo da educação

O Chile, considerado melhor exemplo da aplicação de uma política neoliberal, agora estremece diante da luta combativa de caráter antineoliberal de centenas de milhares de estudantes, principalmente secundaristas, que arrastam atrás de seus objetivos universitários e pais de família.

- Exigem passagem gratuita no transporte.
- Gratuidade das provas de admissão às universidades.
- Reformas na educação.

Em Santiago e Valparaíso, os estudantes marcham e enfrentam corpo a corpo com a polícia chilena, repudiando a política neoliberal e exigindo reformas no campo da educação imposta desde a era de Pinochet, sob o princípio neoliberal de que a educação universitária é um benefício pessoal, o ditador privatizou a educação universitária e converteu as universidades es-

tatais em universidades privadas. Os estudantes chilenos de poucos recursos o que mais podem aspirar é obter uma vaga para estudo que depois de ingressar devem cancelar. Política que converte a educação universitária em elitista, pois discrimina os filhos de famílias de baixos recursos.

Os privatizadores da educação universitária na Bolívia, em particular os neoliberais das universidades estatais, aqueles que converteram os exames de dispensa e pré-universitário em um negócio, devem por suas barbas de molho pois só é questão de tempo para que, seguindo o exemplo dos estudantes chilenos, os do país também se mobilizem.

(Extraído de Universidad Abierta n. 364 (Bolívia), de 02/06/2006)